

# *A Realidade da Preparação para o Trabalho na 2<sup>a</sup> Região Escolar — São Leopoldo-RS*

**Pesquisador:** Egidio Schmitz

**Instituição:** Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

**Fonte Financiadora:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas  
Educaionais (INEP)

O trabalho nasceu de pesquisa realizada numa região em parte densamente industrializada, compreendendo 36 municípios, desde

relativamente grandes, até pequenos. A atividade compreende indústrias variadas, especialmente nas cidades maiores, como São Leopoldo (metalúrgica, borracha e indústria variadas), Novo Hamburgo, Estância Velha e Campo Born (indústria coureiro-calçadista). Nos municípios menores predomina a agricultura (frutos cítricos, acácia e eucalipto, hortigranjeiros e cultivo variado). Na região há necessidade de muitos técnicos formados.

O objetivo geral da pesquisa foi levantar a realidade da educação técnica na região, além de analisar os problemas e as dificuldades que ele está encontrando.

No Brasil, a Lei Federal nº 5.692/92 procurou oferecer a todos os jovens a possibilidade de adquirir qualificação para o trabalho no ensino de 2º grau. Como este desiderato não foi alcançado, devido à falta de escolas técnicas, de boas instalações, bem como de professores preparados para esse tipo de ensino, esta lei foi modificada pela Lei Federal nº 7.044/82, que tornou a qualificação para o trabalho facultativa, introduzindo em seu lugar a preparação para o trabalho.

Um dos grandes problemas que inviabilizaram a qualificação ou a preparação para o trabalho foi a falta

de professores habilitados para essa função. Procurou-se obviar essa dificuldade, mediante a preparação de professores que pudessem atender à necessidade de formação técnica ou politécnica. Criaram-se os Esquemas 1 e 2, oferecendo a formados em ramos técnicos de 2º ou 3º grau, a possibilidade de habilitar-se didaticamente para a docência no ensino técnico. Houve uma época em que existiam, ao menos no Estado do Rio Grande do Sul, os Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT), que existiram durante alguns anos, mas depois foram desativados, apesar de terem produzido alguns resultados apreciáveis.

A Lei Federal nº 5.692/71 foi regulamentada em parte pelo Parecer—CFE 76/75. Surgiram algumas iniciativas de um sistema paralelo de ensino, que são as escolas técnicas, com as do SENAI, SENAC, PIPMO, que se dedicam a este tipo de ensino.

Por outro lado, a preparação para o trabalho não se dá apenas na escola, sendo ela um lugar onde se poderão sistematizar os conhecimentos, embora estes possam ser alcançados perfeitamente fora da escola, como acontece, por exemplo, no Japão.

Na realidade, a formação de mão-de-obra qualificada firmou-se

com o surgimento do SENAI e do SENAC. Estes sistemas ofereciam cursos que duravam no máximo um ano e meio, combinando a formação tecnológica com matérias de cultura geral.

A preparação para o trabalho, pelas escolas, facilmente apresenta uma deficiência: a teoria é ensinada dissociada da prática. A prática, na escola, muitas vezes é exercida com instrumental defasado. Exceção disso observamos em diversas escolas técnicas por nós visitadas e estudadas na nossa região, em que se usa tecnologia bastante avançada.

Um dos maiores problemas enfrentados pelas escolas é a falta de professores qualificados. Assim, mesmo em escolas técnicas de alto nível, estão lecionando professores sem nenhum, ou quase nenhum, preparo didático-pedagógico.

Em vista destas deficiências foram criados o Esquema 1 e o Esquema 2, de preparação de profissionais, para serem professores de disciplinas técnicas. Mas esta foi uma solução de emergência, que foi inclusive abandonada. Por que não criar uma licenciatura para as áreas técnicas?

Mas, para se formar o novo professor e o novo pesquisador, necessita-se partir de dados con-

cretos da realidade regional, levantada e analisada através de pesquisas. Há que se ter sempre o cuidado para que a preparação para qualquer profissão não desumanize o homem, mas antes lhe forneça tal cabedal de aprendizagem, que com facilidade possa adaptar-se a novas circunstâncias que surjam.

O profissional precisa aprender a posicionar-se crítica e criativamente perante as situações, não só de sua atividade, mas de sua vivência na comunidade. Isso ele precisa aprender, tanto na escola, como na comunidade, através da participação ativa na formação e na tomada de decisões, deixando de ser um executor mecânico de tarefas mais ou menos robotizadas. A racionalização do trabalho é importante, contanto que a pessoa envolvida participe ativamente e não seja apenas objeto de administração e manejo, mas considerada e tratada como pessoa humana, merecedora de todo o respeito.

O trabalhador precisa levar da escola mais do que um mero conhecimento teórico-prático de uma profissão, mas a capacidade de se atualizar continuamente, para construir sua própria vida, atendendo às necessidades e exigências renovadas da vida. A própria

sociedade, especialmente os empresários, pouco se interessam ou ajudam na formação desses profissionais. Querem recebê-los prontos, sem investirem nada neles. Se não existem laboratórios mais atualizados, por que as empresas não põem à disposição, por algum tempo, as suas instalações, para que os alunos possam praticar na realidade do trabalho de todos os dias?

Mas há um fator que não pode ser desconsiderado: a escolha da profissão. Há gente que ingressa num curso profissional, não porque tenha aptidão ou propensão, mas por outras razões, inclusive pressão familiar e social. Há outra variável muito importante. Dificilmente um adolescente, ao ingressar no 2º grau, tem clareza sobre o rumo profissional que deverá tomar sua vida. Daí a necessidade de uma profunda e esclarecida sondagem de aptidões, no ensino de 1º grau, bem como o acompanhamento diuturno e sistemático durante a realização de seu curso.

Os dados foram levantados por meio de questionários estruturados, aplicados a professores, alunos e dirigentes, além de entrevistas semi-estruturadas com dirigentes escolares, sindicais e de outras entidades. As escolas foram

as das redes estadual, particular e SENAI.

Na 2ª Região Escolar existem 18 escolas técnicas que oferecem um total de 35 cursos, distribuídos nos setores primário, secundário e terciário. Entretanto, apresentam alguns problemas em relação à educação e à formação profissional, como a falta de recursos humanos e tecnológicos, sendo que as escolas que estão no Plano Piloto (Plano Estadual) gradativamente vão suprindo essas faltas.

Constatamos que 54% dos professores e 46% dos alunos responderam que a escola oferece boa formação profissional para o ingresso imediato na força de trabalho.

Professores e alunos consideram que há equilíbrio entre as disciplinas profissionais e gerais. A tendência pedagógica predominante, segundo alguns dos respondentes, é a tecnicista, por se preocupar predominantemente com as disciplinas profissionalizantes. O setor primário tem apenas uma escola agrícola, que oferece os cursos de formação de Técnico Florestal e de Técnico em Agropecuária, atendendo à clientela de diversas regiões do estado, em regime de internato.

No setor da saúde, a região apresenta apenas uma escola (da rede privada) que oferece o curso técnico de 2º grau, em enfermagem, mas não há muita procura pelo curso, e grande parte dos alunos o abandonam. Na entrevista com a coordenadora do curso, a falta de candidatos para o mesmo é atribuída ao alto custo, tanto para os alunos como para a instituição.

As deficiências de algumas dessas escolas técnicas de 2º grau são reais. Nas escolas públicas que não estão no Plano Piloto, os recursos materiais estão defasados e não vão ao encontro do que o aluno encontrará no mercado de trabalho. Nas escolas públicas que estão no Plano Piloto, observamos um ambiente de entusiasmo, com a chegada de recurso humanos, materiais e financeiros.

No setor terciário, os cursos de contabilidade e secretariado (seis) são oferecidos em grande parte nas escolas privadas e apenas dois em escolas públicas.

Os formados no único curso de técnico em instrumento musical são logo absorvidos pelas orquestras da capital e da região. Este curso funciona de maneira original: a parte teórica é desenvolvida na escola, mas na parte do instrumento

propriamente dita, o aluno estuda por sua própria conta.

No referente à formação profissional, detectou-se que nem sempre ocorre o acompanhamento dos alunos de forma adequada, pois poucas escolas têm como pré-requisito o teste vocacional, e o primeiro grau cursado pelos alunos pouco ou quase nada atua no sentido do desenvolvimento das aptidões; mesmo que durante o curso seja possível ao aluno mudar e habilitação, não há uma estrutura de acompanhamento das habilidades dos alunos. As formas de acompanhamento mais comuns são as aulas práticas e avaliações em sala de aula. Os instrumentos de avaliação mais comumente utilizados pelo professor são os trabalhos individuais, trabalhos em grupo e verificações escritas.

Outro problema constatado é o da desistência. Os diretores, nas suas entrevistas, apontaram a existência dos supletivos como uma das causas da evasão, especialmente no noturno.

Constata-se a falta de profissionais com formação específica nas escolas técnicas. Quando escola e empresa se unem, há uma adaptação do currículo às características da profissão, atendimento adequado às

necessidades do mercado de trabalho e adaptação do currículo à realidade do trabalho.

Alunos e professores relataram que o ensino técnico tem por objetivos principais o treinamento profissional, a aquisição de técnicas específicas para a realização de um determinado tipo de trabalho, as bases de conhecimento que permitirão readaptar-se às mutações do mundo do trabalho, o aperfeiçoamento do homem, a socialização do indivíduo e a preparação para o emprego imediato.

A carência de habilitação dos professores procura ser sanada através dos cursos de Esquema 1 e Esquema 2, oferecidos pelas universidades da região, aos professores das escolas técnicas.

O número de professores não habilitados para a área técnica, na 2ª Região Escolar, conforme quadro fornecido pela Secretaria da Educação e Cultura do Rio Grande do Sul (SEC—1989), é bastante significativo, uma vez que totaliza 165 professores.

Em relação à qualificação de mão-de-obra, há maior preocupação na formação de técnicos com mais altos níveis de instrução nos ramos considerados mais necessários à 2ª Região, tais como o

técnico em química, mecânica, calçados e curtimento, visando ao atendimento das indústrias nesses setores.

Há três escolas e cursos técnicos de 2º grau, desenvolvidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), na região. Essas escolas parecem corresponder aos interesses das empresas e indústrias que mantêm o SENAI. Constatou-se a existência de repasses financeiros nacionais e estrangeiros, através de convênios firmados com os Ministérios do Trabalho, das Relações Exteriores, do Interior e da Educação. Esses recursos são aplicados no custeio de projetos governamentais, desde o treinamento de pessoal até a construção e o equipamento de unidades operacionais espalhadas por todo o Brasil, que beneficiam diretamente a comunidade.

Na rede SENAI, as escolas apresentam uma estrutura diferenciada de organização, contando com uma equipe de professores, cuja maioria atua em sistema de dedicação exclusiva, tendo salários com índices mais elevados que os dos professores dos demais sistemas. De acordo com as entrevistas, o Senai preocupa-se muito com o desempenho dos profissionais que atuam

nas escolas, mantendo um serviço de supervisão e orientação integrados com a atuação docente e voltados para a qualidade do técnico a ser formado. É importante destacar o baixo índice de evasão e reprovação.

A procura por cursos técnicos é muito grande, o que acarreta uma insuficiência de vagas nas escolas. Os diretores chamam a atenção para o fato de que nem todos os cursos das escolas técnicas podem ter aumento de vagas, uma vez que muitos deles se preocupam com o futuro mercado de trabalho. São solicitados novos cursos, como: Informática, Técnico em Construção Civil, Segurança do Trabalho, Metalúrgica, Fabricação de Componentes, Técnico em Contabilidade e Técnico em Administração de Empresas.

Novo Hamburgo, Estância Velha, Campo Born, Sapiranga, são cidades que têm por base a produção de couro e seus derivados, atendendo tanto ao mercado interno quanto ao mercado externo e a grande parte das escolas técnicas respondem a esta característica. O setor metalúrgico, do qual São Leopoldo é uma das grandes expressões, explica a existência de escolas direcionadas a esse setor. As

indústrias químicas da região provocaram o surgimento da escola Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha, da Escola de Montenegro e da Escola de 2º Grau São João Batista. Essas escolas informam que seus alunos não têm problema para ingressar no mercado de trabalho. Destacamos que o pólo petroquímico, localizado em Triunfo, mesmo não pertencendo à 2ª Região Escolar, absorve grande quantidade de técnicos. Desta forma, podemos concluir que os cursos oferecidos pelas escolas técnicas de 2º grau, na 2ª Região Escolar, estão dentro da realidade sócio-econômica da região.

A evasão tem como uma das principais causas as dificuldades de aprendizagem (mais acentuadamente no turno da noite) e a falta de aptidão para o curso. Pode-se atribuir grande parte disso à falta do teste vocacional como pré-requisito para a entrada do aluno no curso técnico, na maioria das escolas. Quando esses testes ocorrem, o aluno demonstra não ter feito sondagem de aptidões anteriormente. Alunos, professores, empresas e sindicatos, constataam a necessidade de mais recursos financeiros, materiais e humanos para as escolas técnicas. Observamos falta de

integração entre empresa e escola, escola e empresa, e dessas com sindicatos patronais e de operários. As escolas muitas vezes não sabem de que tipo de profissional as empresas necessitam e estas não têm conhecimento do profissional formado.

Os sindicatos de trabalhadores que mantêm alguma integração com as escolas, dentre os principais, são: metalúrgicos, eletricitários, calçadistas, SINTARGS, sindicato dos curtumes, sindicato das empresas florestais. Essa integração é circunstancial. Conforme entrevistas, há desconhecimento da realidade educacional, por parte dos sindicatos, no que diz respeito à escola técnica.

A colaboração do sindicato, na visão da pequena porcentagem de respondentes, consiste em fazer pesquisas e oferecer dados sobre o mercado de trabalho e divulgar a legislação, quando solicitados.

O estágio é uma das formas de integração entre a escola e a comunidade, ocorrendo, na maioria das vezes, no final do curso. Em reduzido número de escolas ocorre durante o curso. O estágio é considerado importante, porque oportuniza a revisão da aprendizagem e permite o contato com a realidade

profissional antes de concluir o curso.

A integração dos estágios com a empresa é promovida principalmente pelas partes interessadas: pela escola e pela empresa e também pelo supervisor de estágio, pelo estagiário, pelo CIEE e outros intermediários de estágio. Os sindicatos patronais e dos trabalhadores não participam da integração escola-empresa através de estágios.

A integração ocorre através de visitas, que proporcionam troca de idéias, visando à adaptação do currículo às necessidades da profissão.

As empresas vêem no estagiário a oportunidade de preparar melhor o futuro profissional de sua empresa, além de preparar um bom profissional. Entretanto, uma pequena parcela ainda vê o estagiário como mão-de-obra barata.

A avaliação do estagiário, em relação ao seu nível de desempenho, durante o estágio, e determinada principalmente pela escola, juntamente com a empresa, pelo supervisor do estágio da escola, pelo supervisor da empresa, seguido pelo professor da classe. Os instrumentos utilizados na avaliação do estágio são, predominantemente, os relató-

rios dos alunos e o acompanhamento direto. Os critérios que predominam nessa avaliação são o conhecimento específico e o desempenho dos alunos. Raramente acontece o encontro dos supervisores para debater problemas relativos ao estágio.

A pesquisa realizada permite-nos tirar algumas inferências. Para o exercício eficiente de uma profissão, é necessária preparação específica, que pode ser oferecida pela escola, contanto que se enquadre nas características da clientela, da comunidade e da região.

Para que essa formação seja adequada, necessita-se de um quadro de professores competentes e bem preparados, bem como de aparelhagem atualizada, seja na escola, seja na comunidade e nas empresas. Na formação do técnico não se deve descuidar a integralidade da sua personalidade: ser uma boa pessoa, um técnico competente e um cidadão participante.

A formação de técnicos deve ser valorizada devidamente, tanto pelas escolas, como pela comunidade (sindicatos, empresas), realizando um trabalho conjunto entre as instituições. A formação e o aperfeiçoamento dos técnicos devem interessar tanto à escola, como à comunidade e às empresas.

Para se viabilizar uma boa formação, é necessário que se disponha de bons professores, com formação que atenda às necessidades específicas de educadores e técnicos. Para melhor encaminhamento a aproveitamento dos futuros técnicos, é necessário que se faça uma real sondagem das aptidões, de forma ampla e específica, bem como o acompanhamento sistemático e avaliativo durante o desenvolvimento do curso, propiciando experiências variadas de estágios, debates e exercícios práticos em empresas do ramo.